



CONTAS REGIONAIS 1995 - 1999

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulga os primeiros resultados das *Contas Regionais 1995 – 1998 e estimativas preliminares de 1999*, segundo o novo sistema de contas económicas, *Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade* (SEC 95), cuja aplicação aos países da União Europeia se encontra consubstanciada no Regulamento (CE) n.º 2223/96, de 25 de Junho de 1996.

São disponibilizados os resultados da regionalização, por ramos de actividade e segundo a classificação NUTS II, das variáveis macroeconómicas nacionais Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços de base, Remunerações, Emprego Total e Remunerado e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). São ainda publicadas estimativas do Produto Interno Bruto por região (PIBR), dos indicadores PIB *per capita* e produtividade aparente (global e por ramos de actividade), assim como os respectivos índices de disparidade por região, em relação à média nacional.

INDICADORES DIRECTOS

Quadro 1 - Produto Interno Bruto a preços de mercado, por região (1995 - 1999)

Regiões (NUTS II)	Anos		1995		1996		1997		1998		1999	
	10 ⁹ Esc	%	10 ⁹ Esc	%	10 ⁹ Esc	%	10 ⁹ Esc	%	10 ⁹ Esc	%	10 ⁹ Esc	%
Total	16 214	100,0	17 327	100,0	18 652	100,0	20 259	100,0	21 578	100,0		
Norte	4 893	30,2	5 210	30,1	5 562	29,8	5 941	29,3	6 306	29,2		
Centro	2 255	13,9	2 390	13,8	2 540	13,6	2 717	13,4	2 887	13,4		
Lisboa e Vale do Tejo	7 143	44,1	7 691	44,4	8 361	44,8	9 221	45,5	9 834	45,6		
Alentejo	713	4,4	752	4,3	809	4,3	822	4,1	879	4,1		
Algarve	531	3,3	561	3,2	603	3,2	688	3,4	738	3,4		
R.A.Açores	276	1,7	289	1,7	308	1,6	343	1,7	368	1,7		
R.A.Madeira	369	2,3	398	2,3	426	2,3	481	2,4	514	2,4		
Extra Regio	34	0,2	36	0,2	43	0,2	47	0,2	52	0,2		

Entre os resultados actuais das Contas Regionais por ramos de actividade, o PIB a preços de mercado por regiões é fundamental, dada a sua importância para a monitorização do desenvolvimento relativo das regiões.

O quadro 1 apresenta o PIB a preços de mercado e respectiva estrutura regional, para o período de 1995 a 1999¹. Destacam-se as regiões de Lisboa e Vale do Tejo com valores entre 7 143, em 1995, e 9 834 mil milhões de escudos, em 1999, respectivamente 35 627 e 49 049 milhões de euros e o Norte com o valor de 4 893 (24 404 milhões de euros), em 1995, e de 6 306 mil milhões de escudos (31 456 milhões de euros), em 1999. Se excluirmos o território extra regional (vulgo *Extra Regio*), a região autónoma dos Açores foi a que evidenciou menores valores em todos os anos em análise, oscilando entre 276 (1 376 milhões de euros), em 1995, e 368 mil milhões de escudos (1 837 milhões de euros), em 1999.

Quadro 2 - Formação Bruta de Capital Fixo, por região (1995 - 1997)

Regiões (NUTS II)	1995		1996		1997	
	10 ⁹ Esc	%	10 ⁹ Esc	%	10 ⁹ Esc	%
Total	3 640	100,0	3 994	100,0	4 727	100,0
Norte	917	25,2	967	24,2	1 141	24,1
Centro	527	14,5	492	12,3	585	12,4
Lisboa e Vale do Tejo	1 670	45,9	1 930	48,3	2 336	49,4
Alentejo	143	3,9	221	5,5	251	5,3
Algarve	181	5,0	125	3,1	159	3,4
R.A.Açores	101	2,8	103	2,6	117	2,5
R.A.Madeira	99	2,7	149	3,7	136	2,9
<i>Extra Regio</i>	2	0,1	6	0,2	3	0,1

No quadro 2 pode-se observar a Formação Bruta de Capital Fixo e respectiva estrutura regional, para os anos de 1995 a 1997. Através dos resultados actuais, a hegemonia da região de Lisboa e Vale do Tejo é ainda mais acentuada que a do PIBR. Assim, em 1997 representou cerca de metade do investimento global do país (2 336 mil milhões de escudos ou 11 652 milhões de euros), situando-se, em 1995, em 1 670 mil milhões de escudos, 8 330 milhões de euros; o Norte deteve cerca de 25% da FBCF total, com valores no período compreendidos entre 917 (4 574 milhões de euros), em 1995, e 1 141 mil milhões de escudos (5 691 milhões de euros), em 1997. As regiões autónomas dos Açores e da

¹ 1995-1997 contas semi-definitivas; 1998 contas provisórias; 1999 estimativas preliminares.

Madeira foram as que apresentaram menores valores de FBCF no período em análise. Assim, a FBCF da R.A. Açores oscilou entre um mínimo de 101 mil milhões de escudos (504 milhões de euros), em 1995 e 117 mil milhões de escudos (584 milhões de euros), em 1997. Para a R.A. Madeira observaram-se valores entre 99 e 136 mil milhões de escudos (494 e 678 milhões de euros), respectivamente nos anos de 1995 e 1997.

INDICADORES DERIVADOS

O PIBR *per capita* é o agregado regional que resulta da divisão do PIBR pelo número de habitantes (população média residente), anulando, dessa forma, a dimensão desigual das regiões.

Quadro 3 - PIB pm *per capita*, por região (1995 - 1999)

Regiões (NUTS II)	1995		1996		1997		1998		1999	
	10 ³ Esc	10 ³ Euro	10 ³ Esc	10 ³ Euro	10 ³ Esc	10 ³ Euro	10 ³ Esc	10 ³ Euro	10 ³ Esc	10 ³ Euro
Total	1 635	8,2	1 745	8,7	1 875	9,4	2 032	10,1	2 160	10,8
Norte	1 388	6,9	1 473	7,3	1 565	7,8	1 664	8,3	1 759	8,8
Centro	1 317	6,6	1 397	7,0	1 485	7,4	1 588	7,9	1 689	8,4
Lisboa e Vale do Tejo	2 158	10,8	2 322	11,6	2 521	12,6	2 775	13,8	2 953	14,7
Alentejo	1 355	6,8	1 441	7,2	1 565	7,8	1 604	8,0	1 730	8,6
Algarve	1 540	7,7	1 623	8,1	1 740	8,7	1 976	9,9	2 114	10,5
R.A.Açores	1 145	5,7	1 196	6,0	1 265	6,3	1 404	7,0	1 500	7,5
R.A.Madeira	1 436	7,2	1 546	7,7	1 647	8,2	1 850	9,2	1 969	9,8
<i>Extra Regio</i>										

O quadro 3 apresenta o PIBR *per capita*, em Escudos e em EUROS, entre 1995 e 1999. O nível marcadamente predominante da região de Lisboa e Vale do Tejo prevalece, acentuando-se mesmo, ao longo do período em observação. Na análise realizada em EUROS², para níveis médios (total do país) entre 8,2 e 10,8 milhares de EUROS, respectivamente em 1995 e 1999, Lisboa e Vale do Tejo surge como a única região que ultrapassa aquelas médias, com níveis entre 10,8 e 14,7 milhares de EUROS, para os referidos anos. O Algarve é a segunda região na hierarquia do PIB pm *per capita* nos diferentes anos, tendo apresentado o mínimo de 7,7 milhares de EUROS, em 1995 e o

² A conversão de Escudos para EUROS fez-se de acordo com o Regulamento (CE) n.º 2866/98: 1 EURO = 200,482 PTE, em qualquer dos anos.

máximo de 10,5, em 1999. Nos anos em observação, a região autónoma dos Açores surge com os menores valores de PIB *pm per capita*, embora aumentando de 5,7 milhares de EUROS, em 1995, para 7,5 em 1999.

O posicionamento de cada região no que respeita ao PIBR *per capita*, acima referido, é perfeitamente idêntico ao evidenciado no quadro 4, referente aos anos de 1995 a 1998, que apresenta o VAB³ a preços de base *per capita* e respectivos índices de disparidade por região.

Quadro 4 - VAB a preços de base per capita e índices de disparidade, por região (1995 - 1998)

Regiões (NUTS II)	1995		1996		1997		1998	
	10 ³ Esc	Índices	10 ³ Esc	Índices	10 ³ Esc	Índices	10 ³ Esc	Índices
Total	1 486	100,0	1 586	100,0	1 709	100,0	1 845	100,0
Norte	1 262	85,0	1 338	84,0	1 426	83,0	1 511	82,0
Centro	1 197	81,0	1 269	80,0	1 353	79,0	1 442	78,0
Lisboa e Vale do Tejo	1 962	132,0	2 109	133,0	2 297	134,0	2 519	137,0
Alentejo	1 232	83,0	1 309	83,0	1 426	83,0	1 456	79,0
Algarve	1 400	94,0	1 475	93,0	1 585	93,0	1 794	97,0
R.A.Açores	1 041	70,0	1 086	69,0	1 152	67,0	1 274	69,0
R.A.Madeira	1 306	88,0	1 405	89,0	1 501	88,0	1 679	91,0
<i>Extra Regio</i>								

Assim, é possível observar que os índices de disparidade do VAB *per capita* relativamente à média nacional se situam entre 82% e 85% no Norte, 78% e 81% no Centro, 132% e 137% em Lisboa e V. do Tejo, 79% e 83% no Alentejo, 93% e 97% no Algarve, 67% e 70% na R.A. Açores e para a R.A. Madeira, entre 88% e 91%.

O mesmo agregado VAB a preços de base permitiu determinar outro indicador derivado – o VAB por pessoa empregada, medida da produtividade aparente global, verificando-se, então, que, além de Lisboa e Vale do Tejo, também o Alentejo e a R.A da Madeira atingiram ou ultrapassaram o nível médio nacional. Seguiu-se, por ordem decrescente, o Algarve, que apresentou o nível mais alto em 1998, com 94%, a R.A. Açores, cujo nível mais elevado foi de 90%, também em 1998, o Norte, com índices de 86% em 1995 e 1996 e, finalmente, a região Centro com índices de 83%, quer em 1995, quer em 1996.

³ Este agregado corresponde ao VAB total dos ramos de actividade por região ainda sem correcção dos SIFIM.

O facto de, na maioria dos casos o indicador índice de disparidade do VAB por pessoa empregada assumir valores superiores aos do VAB *per capita* traduz, certamente, a conotação mais forte do rendimento gerado na produção com o factor trabalho - identificado no emprego estimado nas contas regionais por ramos e referente ao local de produção - que com o total da população residente em cada região.

No caso do Algarve e, também, da região de Lisboa e Vale do Tejo, o menor nível do índice de disparidade do indicador de produtividade advirá, pelo menos em parte, do facto de essas regiões atraírem, sazonal ou temporariamente, trabalhadores que residem noutras regiões.